

CORREIO BRAZILIENSE

Orçamento e Forças Armadas

JOAQUIM DOS SANTOS MONTEIRO

O momento atual é muito oportuno para algumas considerações sobre o papel das Forças Armadas brasileiras. O País atravessa período especialmente delicado, e o orçamento proposto pelo Governo para o ano de 1990, agora em exame pelo Congresso Nacional, propicia discussões sobre as verbas destinadas aos ministérios militares.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal analisam o orçamento que lhe foi submetido — já com poucos recursos para investimento — ensejando aos seus membros a proposição de inúmeras modificações, principalmente com relação às verbas destinadas às Forças Armadas, sob a justificativa de que elas teriam mais valia se fossem empregadas imediatamente em projetos da área social. Esta é uma assertiva correta à primeira vista, mas que não resiste a uma análise mais profunda.

No Brasil, as Forças Armadas, muito mais que no campo militar, atuam intensamente na integração e no desenvolvimento do País. Sempre foi assim.

Foi assim com Rondon, nas comunicações, foi assim com os batalhões de Engenharia, construindo estradas, foi assim com o Correio Aéreo Nacional, integrando, levando o desenvolvimento e expandindo as fronteiras vivas da Nação. Tem sido assim com os batalhões de fronteira, tem sido assim com o Ministério da Aeronáutica, atuando no campo educacional, na área de infra-estrutura, bem como na Ciência e Tecnologia. Tradicionalmente, esse Ministério tem empregado nestas áreas cerca de 70 por cento de seu orçamento, cabendo apenas 30 por cento ao seu braço armado — a Força Aérea Brasileira.

No passado recente, foi a Aeronáutica que idealizou e tornou realidade o Instituto Tecno-

lógico da Aeronáutica — ITA, o grande formador de engenheiros de alto nível, o qual possibilitou o notável desenvolvimento industrial do País, o que vale dizer, milhares de empregos, com reflexos imensos na área social, ao proporcionar acentuada elevação do nível de empregos.

No campo da infra-estrutura aeronáutica, é reconhecidamente importante o extraordinário trabalho realizado pela Comissão de Aeroportos da Amazônia, que já construiu mais de uma centena de campos de pouso naquela região, em locais cujo acesso só é possível por via aérea.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo, com os seus Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, permite o controle do tráfego aéreo geral com grande economia de combustível, pela diminuição dos tempos médios dos vôos, e com grande segurança e conforto para os usuários.

Além disso, o Siscea é parte fundamental do sistema de defesa aérea do País, fator de grande importância na manutenção de nossa soberania, cujo valor transcende os cálculos da matemática.

No campo da Ciência e Tecnologia, o Centro Técnico Aeroespacial, um dos principais centros de pesquisa científica do Brasil, já desenvolveu e repassou à iniciativa privada centenas de projetos industriais, podendo-se citar, como exemplo, a aeronave "Bandeirante", que ensejou a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — Embraer, cujos produtos voam hoje em todos os continentes.

É bom não esquecer que o desenvolvimento tecnológico que o Brasil obtém com projetos como o da aeronave AMX, e o da Missão Espacial Completa Brasileira é fundamental para a

construção de modernas aeronaves e para o alcance da independência no campo das comunicações e do sensoriamento. Ademais, são importantes para a aquisição de tecnologia de ponta, para a elevação da mão-de-obra nacional e para o desenvolvimento do parque industrial do País, propiciando o surgimento de dezenas de indústrias de tecnologia avançada.

O desenvolvimento do parque industrial do País tem reflexos positivos na quantidade de empregos qualificados e na melhoria do padrão de vida do povo. Com melhores salários ao alcance de mais brasileiros, é evidente que serão resolvidos problemas da área social como realmente devem ser resolvidos.

É ilusório e demagógico, dizer-se que o Governo deve "dar" transporte, leite e pão, assistência médica e moradia aos brasileiros. Este tipo de ação paternalista acaba por desmerecer e humilhar os próprios beneficiários. Ao Governo cabe, prioritariamente, proporcionar condições para que o povo se eduque, se desenvolva e produza a sua própria riqueza. Não há mais espaço para a "indústria da seca", para a "indústria da fome e da miséria" para "programa do leite", tão ao gosto de certas pessoas, que deles tiram dividendos políticos e econômicos.

É hora de se pensar em um modo realista de desenvolver este País de tantas riquezas e de futuro tão promissor. É hora de deixar de lado os interesses pessoais, de sobrevivência política; é hora de pensar mais nos interesses do País e do sofrido povo brasileiro.

Espera-se que os representantes do povo no Congresso Nacional saibam separar o mediato do perene, saibam distinguir o "dar peixe" do "ensinar a pescar".

22 NOV 1989